

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 21**

O entendimento de que atos administrativos gozam de presunção de legitimidade significa que estes

- A** atestam fatos verdadeiros, não admitindo prova em contrário.
- B** são emitidos em conformidade com a lei, até prova em contrário.
- C** se impõem aos administrados, independentemente de sua concordância.
- D** se sujeitam ao controle discricionário do Poder Judiciário.
- E** são executados pela própria administração, sem intervenção do Poder Judiciário.

Questão 22

Na administração pública federal, a administração direta compreende os serviços integrados na estrutura administrativa da

- A** Presidência da República, dos ministérios, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista.
- B** Presidência da República e dos ministérios, apenas.
- C** Presidência da República, dos ministérios e das autarquias, apenas.
- D** Presidência da República, dos ministérios, das autarquias e das fundações públicas, apenas.
- E** Presidência da República, dos ministérios, das autarquias, das fundações públicas e das empresas públicas, apenas.

Questão 23

Segundo a Lei n.º 9.784/1999, depois de concluída a instrução no processo administrativo, a administração tem o dever de decidir em até

- A** 30 dias, improrrogáveis.
- B** 45 dias, improrrogáveis.
- C** 60 dias, prorrogáveis por igual período.
- D** 30 dias, prorrogáveis por igual período.
- E** 45 dias, prorrogáveis por igual período.

Questão 24

O princípio adotado no processo administrativo com a finalidade de vedar a aplicação retroativa de nova interpretação de lei no âmbito da administração pública denomina-se princípio da

- A** eficiência.
- B** segurança jurídica.
- C** moralidade.
- D** publicidade.
- E** impessoalidade.

Questão 25

De acordo com a Lei n.º 8.666/1993, a concorrência pública do tipo técnica e preço, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral, admite agendamento da reunião de abertura das propostas, a partir da publicação do aviso de licitação, observado o prazo mínimo de

- A** 5 dias.
- B** 10 dias.
- C** 15 dias.
- D** 30 dias.
- E** 45 dias.

Questão 26

Segundo a Lei n.º 8.666/1993, são documentos inerentes à habilitação jurídica, satisfeitos os devidos requisitos legais,

- A** contrato social devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e prova de regularidade para com a fazenda federal.
- B** prova de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) e cédula de identidade.
- C** prova de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) e prova de regularidade para com a fazenda federal.
- D** prova de inscrição no cadastro de pessoas físicas (CPF) e contrato social devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais.
- E** registro comercial, no caso de empresa individual, e contrato social devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais.

Questão 27

A iniciativa para deflagrar o processo legislativo de criação de cargos públicos no âmbito dos tribunais de justiça é competência do

- A** presidente da República.
- B** presidente do STF.
- C** presidente do STJ.
- D** presidente do respectivo tribunal de justiça.
- E** ministro da Justiça.

Questão 28

O controle dos atos administrativos exercido por meio de processo participativo de determinada comunidade local sobre ações de gestão pública é denominado

- A** autocontrole.
- B** controle legislativo.
- C** controle social.
- D** controle interno.
- E** controle externo.

Questão 29

Considere os seguintes itens.

- I A extensão, às uniões estáveis homoafetivas, do mesmo regime jurídico aplicável à união estável entre pessoas heterossexuais justifica-se e legitima-se pela direta incidência do princípio constitucional implícito que prevê o direito à busca da felicidade, entre outros princípios.
- II A crítica jornalística é direito garantido na Constituição Federal de 1988 (CF) e plenamente aceitável contra aqueles que exercem funções públicas; o interesse social, que legitima o direito de criticar, sobreposição-se a eventuais suscetibilidades que possam revelar as pessoas públicas.

No que se refere aos princípios fundamentais previstos na CF, assinale a opção que apresenta os princípios que fundamentam os itens I e II, respectivamente.

- A** dignidade da pessoa humana e pluralismo político
- B** dignidade da pessoa humana e valorização do trabalho humano
- C** prevalência dos direitos humanos e valorização do trabalho humano
- D** defesa da paz e pluralismo político
- E** prevalência dos direitos humanos e cidadania

Questão 30

Extrai-se do princípio da liberdade de criação, transformação e extinção de partidos políticos contido na CF o fundamento constitucional para resguardar

- A o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- B a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana.
- C uma sociedade pluralista.
- D os valores sociais do trabalho e a livre iniciativa.
- E a separação de poderes e a indissolubilidade do vínculo federativo.

Questão 31

Acerca da organização político-administrativa, assinale a opção correta.

- A Os estados devem respeitar as leis federais, e os municípios, as leis federais e estaduais, mas isso somente deve ocorrer nas hipóteses previstas na CF.
- B Compete à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios legislar concorrentemente sobre educação, saúde, trânsito e transporte, cabendo a cada ente federativo adotar sua legislação de acordo com as peculiaridades federal, estadual e municipal.
- C Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial e financeiro.
- D Os estados têm competência para criar, organizar e suprimir distritos.
- E A fim de fazer cumprir ordem legal, poderá a União decretar intervenção federal nos municípios que se recusarem a cumprir lei federal que tenha sido recepcionada por lei estadual.

Questão 32

No que se refere à administração pública e às normas constitucionais que regem os servidores públicos, julgue os itens seguintes.

- I A CF prevê possibilidade de acesso a cargos, funções e empregos públicos por estrangeiro, desde que haja regulamentação.
- II A proibição de acumular cargo, emprego ou função públicos não atinge os empregados de sociedades de economia mista.
- III A servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão de livre nomeação e exoneração aplica-se o mesmo regime de previdência dos cargos efetivos.
- IV As funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de chefia, direção e assessoramento.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e IV.
- C II e III.
- D I, III e IV.
- E II, III e IV.

Questão 33

Compete exclusivamente ao Congresso Nacional

- A aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de procurador-geral da República.
- B conceder anistia.
- C dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.
- D eleger membros do Conselho da República.
- E mudar temporariamente sua sede.

Questão 34

Assinale a opção que apresenta atribuições do presidente da República e dos ministros de Estado, respectivamente.

- A remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa; fixar e modificar o efetivo das Forças Armadas
- B conceder indulto e comutar penas; dispor sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento
- C vetar projetos de lei, total ou parcialmente; expedir instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos
- D expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução; avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional
- E exercer o comando supremo das Forças Armadas; autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos

Questão 35

Assinale a opção que apresenta órgão do Poder Judiciário que integra a justiça especializada.

- A Tribunal dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios
- B Tribunal Regional Federal
- C Supremo Tribunal Federal
- D Tribunal Superior do Trabalho
- E Conselho Nacional de Justiça

Questão 36

No que se refere às funções essenciais à justiça, é correto afirmar que a advocacia pública caracteriza-se por

- A prestar atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo.
- B auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União.
- C buscar a realização dos interesses da sociedade.
- D ser inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- E ser essencial à função jurisdicional do Estado e promover gratuitamente a orientação jurídica e a defesa dos necessitados.

Questão 37

Assinale a opção correspondente ao princípio processual por meio do qual é vedado ao Estado-juiz dar início a um processo judicial *ex officio*.

- A princípio da isonomia
- B princípio de inércia da jurisdição
- C princípio do contraditório
- D princípio da ampla defesa
- E princípio do juiz natural

Questão 38

Constitui condição da ação civil

- A a existência de pedido.
- B o recolhimento de custas processuais para quem não é beneficiário da gratuidade de justiça.
- C a legitimidade das partes.
- D o processamento da ação perante o juízo competente.
- E a representação dos incapazes por seus representantes legais.

Questão 39

No que se refere às causas de suspeição e impedimentos aplicáveis aos juízes, assinale a opção correta.

- Ⓐ As causas de suspeição e impedimentos aplicáveis aos juízes aplicam-se também aos auxiliares da justiça e aos membros do Ministério Público.
- Ⓑ As causas de suspeição e impedimentos aplicáveis aos juízes não se aplicam aos auxiliares da justiça nem aos membros do Ministério Público.
- Ⓒ As suspeições se aplicam apenas aos membros do Ministério Público e os impedimentos se aplicam apenas aos auxiliares da justiça.
- Ⓓ As causas de suspeição e impedimentos aplicáveis aos juízes não se aplicam aos auxiliares da justiça, mas se aplicam aos membros do Ministério Público.
- Ⓔ As causas de suspeição e impedimentos aplicáveis aos juízes não se aplicam aos membros do Ministério Público, mas se aplicam aos auxiliares da justiça.

Questão 40

Em relação a processos que tramitem em segredo de justiça, o auxiliar da justiça

- Ⓐ poderá permitir que o terceiro alheio ao processo tenha vista dos autos mediante autorização expressa de qualquer das partes ou de seus advogados.
- Ⓑ não poderá permitir que o terceiro alheio ao processo tenha vista dos autos.
- Ⓒ poderá permitir que o terceiro alheio ao processo tenha vista dos autos mediante autorização expressa do Ministério Público ou de defensor público.
- Ⓓ poderá permitir que o terceiro alheio ao processo tenha vista dos autos, desde que este comprove ser a causa de interesse público ou social.
- Ⓔ poderá permitir que o terceiro alheio ao processo tenha vista dos autos, desde que este comprove ser parente de qualquer das partes, até o segundo grau, em linha reta ou colateral.

Questão 41

O foro de eleição é admissível para

- Ⓐ permitir que o juiz defina qual o foro competente para julgar uma ação cujo litígio verse sobre a propriedade de bens imóveis.
- Ⓑ modificar a competência territorial da ação de divórcio, desde que os cônjuges sejam capazes à época da propositura da ação.
- Ⓒ modificar a competência territorial de uma ação de obrigação de fazer decorrente de um contrato particular.
- Ⓓ atribuir ao juízo arbitral a competência para decidir obrigações de dar alimentos decorrentes de acordo firmado perante a Defensoria Pública.
- Ⓔ atribuir ao tribunal de justiça uma competência que originariamente seria de um juízo cível de primeiro grau.

Questão 42

Flávio ajuizou ação de reparação de dano material e moral contra Zulmira. No entanto, no curso da ação, Zulmira veio a falecer.

Nesse caso, o juiz deverá

- Ⓐ proferir sentença na qual deverá extinguir o processo sem resolução de mérito.
- Ⓑ proferir sentença na qual julgará procedente o pedido do autor.
- Ⓒ suspender o curso do processo e permitir a substituição do polo passivo da relação processual.
- Ⓓ proferir sentença na qual julgará improcedente o pedido do autor.
- Ⓔ declinar da competência e determinar a remessa dos autos ao juízo da vara de sucessões.

Questão 43

Contra decisão de juízo de primeiro grau que decida impugnação ao cumprimento de sentença

- Ⓐ não cabe recurso.
- Ⓑ cabe recurso especial.
- Ⓒ cabe recurso de apelação.
- Ⓓ cabe recurso de agravo de instrumento.
- Ⓔ cabe mandado de segurança.

Questão 44

Ao despachar a petição inicial, o juiz determinou, pelo correio, a citação do demandado para comparecimento à audiência de conciliação, a ser realizada no prazo de sessenta dias após o despacho. Faltando doze dias para a realização da audiência, o réu comunicou ao juízo da causa que não pretendia conciliar e, por esse motivo, pediu o cancelamento da audiência.

Nesse caso, o prazo para contestar será de

- Ⓐ quinze dias úteis, contados da data do recebimento do mandado de citação.
- Ⓑ quinze dias corridos, contados da data de juntada do aviso de recebimento aos autos do processo.
- Ⓒ dez dias corridos, contados da data do recebimento do mandado que designou a audiência de conciliação.
- Ⓓ dez dias úteis, contados da data de juntada do aviso de recebimento aos autos do processo.
- Ⓔ quinze dias úteis, contados do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pelo réu.

Questão 45

No que diz respeito a preclusão, julgamento conforme o estado do processo, provas e coisa julgada, julgue os itens a seguir.

- I A litispendência e a coisa julgada podem ser alegadas pelo réu a qualquer tempo no processo, inclusive em grau de apelação.
- II O julgamento antecipado parcial de mérito é admissível sempre que ocorrer à revelia ou quando não houver necessidade de produção de prova.
- III A prova emprestada poderá ser produzida a requerimento de qualquer das partes ou determinada *ex officio* pelo juiz.
- IV As decisões de competência originária dos tribunais, contrárias ao poder público, não se sujeitam ao duplo grau de jurisdição obrigatório.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 46

No que se refere a controle judicial dos atos administrativos, mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, julgue os itens seguintes.

- I Ato do Poder Judiciário que examine atos do Poder Legislativo, sob o aspecto da legalidade e da moralidade, não fere o princípio de independência dos poderes.
- II Caberá mandado de segurança contra decisão de juízo de primeiro grau que indefira petição inicial em uma ação de rito comum.
- III A ação popular constitui-se de um instrumento processual apropriado para anular desvios de recursos públicos praticados por gestores de autarquias e empresas públicas estaduais no exercício dessa função.
- IV Qualquer pessoa física capaz tem legitimidade para propor ação civil pública, com o objetivo de proteger o patrimônio público, o meio ambiente e o patrimônio artístico, histórico, turístico e paisagístico.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I e II estão certos.
- B Apenas os itens I e III estão certos.
- C Apenas os itens I, II e III estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

Questão 47

Com relação a inquérito policial, é correto afirmar que

- A é um processo administrativo judicialiforme.
- B observa, obrigatoriamente, as garantias do contraditório e da ampla defesa.
- C não tem prazo fixado em lei para ser concluído.
- D é um procedimento dispensável.
- E exige requerimento da vítima para ser instaurado.

Questão 48

O Ministério Público ofereceu denúncia de crime de ação penal pública incondicionada. Porém, antes que a inicial acusatória fosse recebida pelo juiz, a vítima compareceu à vara criminal afirmando perdão ao réu.

Nesse caso, é correto afirmar que

- A a manifestação da vítima não inviabiliza a continuidade da ação penal.
- B o Ministério Público deve desistir da propositura da ação penal, visto que a vítima não tem interesse.
- C houve retratação, impedindo o recebimento da denúncia pelo juiz.
- D o perdão da vítima obrigatoriamente extingue a punibilidade do réu.
- E o juiz deverá receber a denúncia e, em seguida, conceder o perdão judicial.

Questão 49

Considere que um oficial de justiça não tenha localizado o réu, para realizar a citação pessoal na ação penal, no endereço que constava dos autos. Nesse caso,

- A o oficial de justiça deverá proceder à citação por hora certa, a ser cumprida, no máximo, em três dias.
- B o juiz decretará a revelia do réu e dará seguimento à ação penal.
- C será feita a citação por edital e, caso o réu não compareça, a ação penal ficará suspensa.
- D será citada a Defensoria Pública para realizar a defesa técnica do réu.
- E a falta de citação pessoal interromperá o prazo prescricional até a localização do réu.

Questão 50

Em processo da competência do tribunal do júri, ao final da primeira fase do procedimento, o juiz entendeu que foi comprovada a materialidade do crime, porém não havia indícios suficientes de autoria por parte do acusado.

A situação apresentada configura caso de

- A pronúncia.
- B rejeição da denúncia.
- C impronúncia.
- D desclassificação.
- E absolvição sumária.

Questão 51

O tribunal do júri é composto por um juiz togado e

- A 25 jurados, sendo necessários 15 para a instalação da sessão e 7 para compor o conselho de sentença.
- B 25 jurados, sendo necessários 15 para a instalação da sessão e 10 para compor o conselho de sentença.
- C 12 jurados, sendo necessários 10 para a instalação da sessão e 5 para compor o conselho de sentença.
- D 15 jurados, sendo necessários 12 para a instalação da sessão e 5 para compor o conselho de sentença.
- E 15 jurados, sendo necessários 12 para a instalação da sessão e 7 para compor o conselho de sentença.

Questão 52

A respeito de prisão e liberdade provisória, assinale a opção correta.

- A A concessão de liberdade provisória impede a decretação de prisão preventiva durante a tramitação da ação penal.
- B A pessoa autuada em flagrante delito responde presa ao inquérito policial e à ação penal.
- C A pessoa presa por praticar crime grave ou hediondo não pode ser solta mediante liberdade provisória.
- D A pessoa que presencia a ocorrência de um crime é obrigada a prender o agressor em flagrante.
- E Em 24 horas, o preso deve receber a nota de culpa, com o motivo da prisão, o nome do condutor e das testemunhas.

Questão 53

Assinale a opção correta, no que concerne a *habeas corpus*.

- A O próprio réu pode impetrar em causa própria, desde que comprove ser advogado.
- B O membro do Ministério Público tem legitimidade para impetrar em favor do réu.
- C O *habeas corpus* não é cabível quando o processo for nulo, sendo admissível quando houver ameaça à liberdade de ir e vir.
- D O advogado deve anexar procuração pública ao pedido, sob pena de não conhecimento por ilegitimidade.
- E A concessão da ordem para liberar o preso implica o término da ação penal.

Questão 54

Na audiência do processo comum ordinário, o último ato da instrução criminal é

- A a acareação.
- B a inquirição das testemunhas da acusação.
- C a inquirição das testemunhas da defesa.
- D a tomada de declarações do ofendido.
- E o interrogatório do réu.

Questão 55

Em relação à sentença proferida no plenário do tribunal do júri, é correto afirmar que

- A** será lida em plenário, pelo presidente, após o encerramento da sessão de julgamento.
- B** o juiz pode considerar causa de diminuição de pena, independentemente da admissão pelo júri.
- C** não é possível a imposição de medida de segurança, em caso de absolvição.
- D** o juiz deve considerar circunstâncias agravantes ou atenuantes alegadas nos debates.
- E** o processo será encaminhado ao juízo competente, em caso de desclassificação.

Questão 56

No âmbito do juizado especial cível, da sentença proferida caberão embargos de declaração, que poderão ser interpostos

- A** oralmente ou por escrito, suspendendo o prazo para interposição de recurso.
- B** apenas oralmente, suspendendo o prazo para interposição de recurso.
- C** oralmente ou por escrito, interrompendo o prazo para interposição de recurso.
- D** apenas por escrito, interrompendo o prazo para interposição de recurso.
- E** apenas por escrito, suspendendo o prazo para interposição de recurso.

Questão 57

No estado do Rio de Janeiro, Marcelo, Frederico e Raquel pretendem ajuizar, no juizado especial da fazenda pública, as seguintes ações: Marcelo — mandado de segurança contra o estado; Frederico — ação contra o estado no valor de sessenta salários mínimos; Raquel — ação para impugnar pena de demissão imposta a servidor público civil estadual.

Nessa situação hipotética, o referido juizado será competente para processar e julgar

- A** as ações de Marcelo, Frederico e Raquel.
- B** as ações de Marcelo e Frederico, apenas.
- C** as ações de Frederico e Raquel, apenas.
- D** a ação de Frederico, apenas.
- E** a ação de Marcelo, apenas.

Questão 58

De acordo com o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é considerada de juntada impossível

- I petição recebida cujo processo esteja arquivado e não contenha pedido de desarquivamento.
- II petição física sujeita à distribuição ou anotação no distribuidor, cujo pedido de distribuição por dependência tenha sido deferido.
- III petição em papel destinada a processo físico de número diverso do apontado.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 59

De acordo com o Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assinale a opção correta, quanto ao cadastramento e ao processamento das audiências de custódia.

- A** O auto de prisão em flagrante deve conter, obrigatoriamente, nota de culpa subscrita pelo preso e por seu advogado.
- B** Deve ocorrer o cadastramento do auto de prisão em flagrante, ainda que eletrônico.
- C** Haverá gravação em formato de vídeo dos requerimentos formulados por membro do Ministério Público.
- D** O auto de prisão em flagrante deve conter, obrigatoriamente, laudo definitivo no caso de eventual prática de delito previsto na Lei n.º 11.343/2006.
- E** Dispensa-se a inserção dos dados do preso no sistema informatizado, em razão do auto de prisão.

Questão 60

Nos termos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, cartas precatórias de trâmite exclusivo nesse estado, expedidas para cumprimento de diligências, devem recolher as custas no juízo

- A** deprecado, antecipadamente.
- B** deprecante, antecipadamente.
- C** deprecado, após o cumprimento, mesmo sem devolução.
- D** deprecante, após o cumprimento e a devolução.
- E** deprecado, após o cumprimento e a devolução.

Espaço livre